



INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Crisóstomo Lima do Nascimento
*Professor do Programa de Pós Graduação em Cognição e
Linguagem da UENF*
crisostomoln@gmail.com

Mysllene Gomes do Nascimento
*Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF*
mysllenegomesdonascimento@gmail.com

Fernanda Rodrigues dos Santos Faisca
*Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF*
fernandarsfaisca@gmail.com

Flora Paula Freitas
*Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF*
florapfreitas@gmail.com

Resumo

A Educação Especial Inclusiva constitui um campo de extrema relevância para a promoção da equidade educacional. O direito à educação, aliado aos movimentos globais em prol da inclusão, tem influenciado diretamente as políticas públicas e demandado novas formas de ensinar e aprender. Este artigo tem como objetivo refletir sobre as políticas de inclusão e as estratégias pedagógicas e curriculares voltadas ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem contribuído significativamente nesse processo, por meio da produção de materiais didáticos adaptados, do uso de tecnologias assistivas, da oferta de salas de recursos e da atuação de profissionais especializados, favorecendo a inclusão efetiva dos alunos no ambiente escolar. A discussão proposta busca fomentar um diálogo crítico sobre a educação inclusiva, considerando a multiplicidade de sujeitos, contextos, tempos e culturas. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, com base em livros, artigos científicos e legislações pertinentes ao tema. Conclui-se que é necessário superar a tradição moderna que legitima identidades sociais hegemônicas, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e plural.

Palavras-chave: Inclusão, Atendimento Educacional Especializado, Desafios.

Abstract

Inclusive Special Education represents a crucial field for promoting educational equity. The right to education, together with global movements for inclusion, has directly influenced public policies and demanded new approaches to teaching and learning. This article aims to reflect on inclusion policies and on pedagogical and curricular strategies addressed to children with special educational needs. Specialized Educational Assistance (AEE) has played a significant role in this process through the production of adapted didactic materials, the use of assistive technologies, the provision of resource rooms, and the work of specialized professionals, enabling effective student inclusion in the school environment. The discussion seeks to foster a critical dialogue on inclusive education, considering the multiplicity of subjects, contexts, times, and cultures. The methodology adopted was a bibliographic review based on books, scientific articles, and relevant legislation. It concludes that it is necessary to overcome the modern tradition that legitimizes hegemonic social identities, promoting a truly inclusive and plural education.

Keywords: Inclusion, Specialized Educational Assistance, Challenges.

Introdução:

Dentre os diversos desafios enfrentados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), este trabalho destaca, especialmente, na falta da formação continuada para os professores que atuam nesse serviço. A consolidação do AEE como política pública demanda uma atuação integrada entre docentes, equipes gestoras e comunidade escolar. O professor especializado não desempenha suas funções de maneira isolada; ao contrário, sua prática requer constante articulação com os professores da sala comum, com a gestão escolar e com as famílias dos estudantes. Nesse sentido, a formação continuada deve promover ambientes colaborativos e interdisciplinares, nos quais o compartilhamento de experiências e saberes possa resultar em práticas verdadeiramente inclusivas. A pesquisa em desenvolvimento busca contribuir para essa discussão, oferecendo reflexões teóricas e propostas práticas capazes de fortalecer a formação profissional e ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. No município de Campos dos Goytacazes (RJ), a rede municipal dispõe atualmente de 45 unidades escolares com salas de recursos multifuncionais, atendendo 1.510 estudantes e contando com 63 professores especializados. Esses dados evidenciam avanços importantes nas políticas de inclusão, mas também ressaltam a necessidade urgente de expandir e qualificar a formação dos docentes do AEE, de modo a atender às demandas complexas que caracterizam o ensino inclusivo contemporâneo.

A formação continuada dos profissionais do AEE possui papel central para o fortalecimento de uma educação inclusiva efetiva. É por meio dela que o professor atualiza conhecimentos, expande suas competências e revisa suas práticas pedagógicas diante das transformações constantes no contexto educacional. Assim, torna-se essencial compreender a formação como um processo permanente, que ocorre tanto em espaços formais — como cursos, encontros e especializações — quanto em experiências informais, como reflexões coletivas, trocas entre colegas e análises da prática cotidiana. Tardif (2010) resalta que o conhecimento docente é produzido no dia a dia e deve ser constantemente reconstruído.

Além disso, o cenário atual apresenta novos desafios ao professor especializado, que precisa lidar com múltiplas deficiências, com a diversidade sociocultural e com as

demandas tecnológicas que permeiam o cotidiano escolar. Nesse contexto, a formação continuada deve favorecer o desenvolvimento de habilidades que integrem teoria e prática, auxiliando o educador na criação de metodologias inovadoras, na adaptação de materiais e na elaboração de intervenções pedagógicas ajustadas às particularidades de cada estudante. Dessa forma, a formação não pode ser fragmentada nem distante da realidade educacional, mas deve estar conectada ao cotidiano das escolas e às políticas locais de inclusão.

A educação atual enfrenta o desafio de consolidar uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de acolher as diferenças e assegurar o direito de todos à aprendizagem. Dentro desse cenário, o AEE se apresenta como uma política fundamental para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Entre os muitos desafios da inclusão, destaca-se a importância da formação continuada dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar ultrapassa a simples presença física dos estudantes com deficiência na escola; ela envolve transformações profundas nas práticas pedagógicas e nas concepções dos educadores. Discutir a formação continuada no âmbito do AEE, portanto, significa abordar um elemento essencial para a qualidade da educação inclusiva.

A pesquisa aqui apresentada busca compreender como a formação continuada tem sido entendida e vivenciada pelos professores do AEE da rede municipal de Campos dos Goytacazes, analisando suas percepções, desafios e expectativas. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e teórica, que envolve a aplicação de um questionário (ainda em andamento) e a análise dos documentos legais que orientam a política de educação inclusiva no Brasil. Espera-se que os resultados contribuam para qualificar as ações formativas e aperfeiçoar as políticas públicas do município.

Fundamentação teórica:

A partir dos marcos político-legais publicados entre 2008 e 2010, o Brasil consolidou importantes avanços na estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sobretudo com a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e dos documentos orientadores posteriores. Esses referenciais estabeleceram que o AEE deve ocorrer, preferencialmente, em salas de recursos multifuncionais situadas nas escolas regulares, com a finalidade de complementar o processo educativo e favorecer o desenvolvimento da autonomia e independência dos estudantes com deficiência. Tais normativas enfatizam que o atendimento especializado não substitui o ensino comum; ao contrário, o potencializa, proporcionando oportunidades mais equitativas de aprendizagem.

No entanto, a eficácia dessas salas de recursos não depende apenas de sua existência física ou da provisão de equipamentos, mas principalmente da formação contínua e do comprometimento dos profissionais responsáveis por esse serviço. O professor do AEE deve compreender o propósito pedagógico desse espaço, planejando intervenções articuladas com os docentes da sala regular e considerando as singularidades de cada aluno. Como afirma Mantoan (2015), a inclusão somente se realiza quando há diálogo efetivo entre os diferentes sujeitos da escola e quando o

processo educativo se fundamenta na colaboração e na responsabilidade compartilhada.

A inclusão educacional é uma conquista social e política que se sustenta em legislações específicas e em mudanças conceituais sobre a diversidade humana. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) dispõe que o ensino deve assegurar “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Art. 3º, I), princípio indispensável à construção de práticas inclusivas.

Os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010) redefiniram o papel do AEE como um serviço destinado a complementar e suplementar o ensino comum, proporcionando recursos e estratégias pedagógicas que ampliam o processo de aprendizagem. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), por sua vez, reforça o dever do Estado e das instituições escolares de garantir acessibilidade, formação adequada de profissionais e oferta do atendimento especializado como parte integrante do direito à educação.

O processo de implementação das salas de recursos multifuncionais ganhou impulso por meio de políticas do Ministério da Educação (MEC), em cooperação com estados e municípios. Programas federais destinaram verbas, equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos acessíveis. A partir de 2005, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a distribuir kits de tecnologia assistiva e recursos específicos, assegurando melhores condições de aprendizagem aos estudantes público-alvo da educação especial. Essa expansão modificou de forma significativa o cenário da inclusão, possibilitando, por exemplo, que as escolas municipais de Campos dos Goytacazes estruturassem seus espaços e ampliassem o atendimento especializado.

Para Mantoan (2003), a inclusão exige uma verdadeira ruptura de paradigma, na qual a escola se reorganiza pedagogicamente para receber todos os estudantes, reconhecendo que a diversidade compõe naturalmente o processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o papel do professor é ressignificado: ele se torna mediador da construção do conhecimento, articulando saber pedagógico, domínio técnico e sensibilidade ética.

Os marcos normativos de 2010 também destacam a importância do monitoramento e da avaliação das políticas públicas de inclusão, para que o AEE não se configure como uma prática isolada, mas sim como uma dimensão integrada ao projeto pedagógico da escola. Reconhecer o AEE como parte imprescindível do sistema educacional implica assegurar a continuidade das formações docentes, a manutenção das salas de recursos e o acompanhamento dos resultados alcançados. Nesse sentido, a pesquisa sobre a formação continuada dos professores de AEE em Campos dos Goytacazes busca contribuir com a análise da efetividade dessas políticas e dos caminhos necessários para fortalecer a inclusão educacional na rede municipal.

Autores como Perrenoud (2002) e Tardif (2010) evidenciam que a formação continuada constitui o alicerce do desenvolvimento profissional docente, pois promove a reflexão crítica sobre a prática e o aperfeiçoamento das competências pedagógicas. Investir na formação dos professores do AEE, portanto, significa qualificar a educação inclusiva e fortalecer uma escola verdadeiramente democrática.

Desenvolvimento do tema:

O estudo sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Campos dos Goytacazes tem como objetivo central analisar e compreender as políticas de inclusão educacional e as estratégias pedagógicas destinadas ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais. Ao discutir a formação continuada dos professores especializados, o trabalho evidencia um aspecto essencial para o avanço da inclusão: o fortalecimento do ensino especializado como prática pedagógica que vá além do atendimento às demandas do currículo, tornando-se capaz de promover aprendizagens significativas para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

As contribuições do estudo podem ser identificadas em três eixos principais: a trajetória metodológica da pesquisa, os avanços observados na formação dos profissionais do AEE e a perspectiva interdisciplinar que orienta toda a investigação.

A construção do percurso metodológico iniciou-se com uma revisão bibliográfica aprofundada, contemplando teorias contemporâneas e documentos legais que embasam a educação inclusiva no Brasil, como os marcos político-legais de 2008 e 2010, e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Esse referencial teórico serviu como sustentação para a análise da realidade local de Campos dos Goytacazes, onde o AEE se encontra em processo de consolidação, com 45 escolas já dispoondo de salas de recursos multifuncionais. A primeira etapa, portanto, consistiu na análise das políticas e diretrizes nacionais e municipais para compreender seus impactos no cotidiano das escolas e, especialmente, na formação dos professores especializados.

Na etapa seguinte, aprofundou-se a análise qualitativa com professores do AEE da rede municipal, por meio de questionários (ainda em andamento), a fim de levantar percepções sobre a formação continuada e os desafios enfrentados na prática pedagógica. Essa fase propiciou um diálogo entre teoria e prática, além de revelar elementos que apontam para a necessidade de estratégias formativas mais alinhadas às realidades dos docentes, que lidam cotidianamente com a diversidade dos alunos e com o uso de tecnologias assistivas.

A pesquisa também dedica atenção à análise das políticas públicas do município, focalizando a eficácia das ações formativas já implementadas e as lacunas ainda existentes. O mapeamento dessas informações permitirá apresentar recomendações concretas para o fortalecimento das políticas de formação continuada no âmbito local, contribuindo para a qualificação do atendimento educacional especializado.

Além disso, o estudo destaca a importância de compreender como as salas de recursos multifuncionais têm sido utilizadas na prática cotidiana. Embora a política pública estabeleça diretrizes claras sobre sua finalidade, a efetividade desse espaço depende diretamente da formação, da autonomia pedagógica e das condições de trabalho dos professores responsáveis pelo AEE. Outro aspecto relevante abordado na pesquisa refere-se à articulação entre o AEE e o ensino regular, elemento fundamental para que a inclusão escolar se consolide como prática efetiva, o estudo reforça a importância da construção de espaços de diálogo e planejamento coletivo, capazes de promover uma prática inclusiva mais consistente e colaborativa.

O uso de tecnologias assistivas também surge como um eixo central da análise, especialmente diante das demandas de estudantes com deficiência intelectual, visual, auditiva, motora ou múltipla. A pesquisa aponta que, embora haja iniciativas municipais voltadas à oferta desses recursos, ainda existe um descompasso entre a disponibilização dos equipamentos e a formação dos professores para utilizá-los de maneira eficaz. Essa lacuna formativa compromete o potencial das tecnologias assistivas como ferramentas de acessibilidade pedagógica, reforçando a urgência de programas de formação continuada específicos nessa área.

Além da questão tecnológica, a pesquisa evidencia a necessidade de um olhar mais sensível para o processo de avaliação dos estudantes atendidos pelo AEE. A avaliação, muitas vezes, ainda é pautada por modelos tradicionais que não consideram as especificidades das diversas deficiências, resultando em análises superficiais das aprendizagens e das potencialidades dos alunos. A investigação sugere que práticas avaliativas dialógicas, flexíveis e centradas no desenvolvimento individual poderiam garantir maior precisão no acompanhamento pedagógico, favorecendo intervenções mais adequadas e inclusivas.

Por fim, o estudo aponta que a consolidação de um AEE de qualidade depende de uma rede de suporte que envolva não apenas os professores especializados, mas também gestores escolares, equipes pedagógicas, famílias e profissionais de outras áreas, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A perspectiva interdisciplinar torna-se, portanto, um elemento imprescindível para fortalecer as práticas de inclusão no município. A articulação entre esses diferentes atores permite a construção de estratégias mais abrangentes, garantindo que o AEE cumpra seu papel de promover o desenvolvimento pleno, a autonomia e a participação social das crianças com necessidades educacionais especiais.

Considerações finais:

A pesquisa evidencia que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Campos dos Goytacazes constitui um campo em expansão e com significativo potencial de consolidação. Entretanto, a formação continuada dos professores é um dos principais desafios dentro das políticas de inclusão. Apesar de avanços importantes nas estruturas das salas de recursos multifuncionais e na ampliação do atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, ainda há um caminho longo a ser percorrido para garantir a efetividade do AEE, principalmente no que diz respeito ao suporte contínuo aos profissionais que atuam diretamente com esses alunos. A formação desses educadores deve ser vista não apenas como uma etapa de desenvolvimento profissional, mas como um compromisso com a qualidade e a equidade no ensino, essencial para a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

Com base nas análises teóricas e nos dados parciais, conclui-se que o investimento na formação permanente deve considerar as necessidades reais dos docentes, promovendo espaços colaborativos de estudo, troca de experiências e

reflexão sobre a prática pedagógica. A formação continuada precisa ser um processo dinâmico, adaptado às particularidades de cada contexto escolar e alinhado às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Por exemplo, a integração entre teoria e prática no desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso de tecnologias assistivas, à adaptação de materiais e ao planejamento colaborativo com os professores da sala comum é crucial para uma atuação pedagógica eficaz. Além disso, é fundamental que o processo formativo se distinga da simples atualização técnica, sendo orientado para a construção de uma visão crítica e reflexiva que possibilite aos educadores não apenas a aplicação de estratégias, mas também a compreensão profunda da diversidade humana e das suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.

Observa-se que, embora o município tenha avançado na estruturação das salas de recursos e na ampliação do atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, ainda é preciso fortalecer a política de formação continuada de modo sistemático e permanente. Programas formativos articulados às demandas do cotidiano escolar devem fortalecer a efetividade do AEE, para que o processo inclusivo não se restrinja a aspectos burocráticos e não pedagógicos. É necessário que as ações de formação ultrapassem a esfera do treinamento técnico, proporcionando espaços de desenvolvimento pessoal e profissional que incentivem os docentes a repensarem suas práticas à luz de uma pedagogia inclusiva. Além disso, deve-se garantir que as políticas públicas relacionadas à formação continuada não sejam pontuais ou esporádicas, mas que se articulem de maneira contínua com as políticas de educação do município, promovendo uma abordagem sistêmica e integrada que envolva todos os agentes educacionais, desde os gestores escolares até os familiares.

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de acompanhamento pedagógico e de políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho aos professores do AEE. A valorização profissional passa não apenas pela formação, mas também pela oferta de infraestrutura adequada, materiais pedagógicos acessíveis, tempo de planejamento e reconhecimento institucional do papel do educador especializado. Essas condições são fundamentais para que o professor possa exercer uma prática reflexiva, colaborativa e transformadora, conforme defendem Mantoan (2015) e Tardif (2010). Além disso, é importante que o poder público garanta que as escolas contem com profissionais de apoio, como psicopedagogos, terapeuta ocupacional, assistentes sociais e fonoaudiólogos, para que o trabalho do AEE seja de fato holístico e atenda às necessidades específicas de cada aluno, fazendo uma parceria com entre educação e saúde. O comprometimento das autoridades educacionais com essas condições de trabalho reflete um compromisso mais amplo com a qualidade da educação e com a dignidade dos profissionais envolvidos no processo.

Por fim, destaca-se que a consolidação de uma educação inclusiva efetiva requer o envolvimento de toda a comunidade escolar e o compromisso contínuo das instâncias gestoras com a promoção da equidade. O AEE deve ser compreendido como parte integrante do projeto político-pedagógico da escola, e não como um serviço paralelo. Para que isso aconteça, é imprescindível que os gestores escolares compreendam o AEE como uma ação estratégica no processo de inclusão e que, por meio de políticas claras e articuladas, promovam o engajamento de todos os profissionais da escola em torno dessa causa. Além disso, a sociedade precisa ser sensibilizada para a importância da inclusão educacional, não apenas em termos de um direito legal, mas como um valor que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, o fortalecimento da formação docente e da cultura inclusiva representa um investimento não apenas no desenvolvimento profissional dos educadores, mas sobretudo na garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências ou necessidades educacionais especiais.

Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas aprofundem o impacto das formações continuadas na prática pedagógica dos professores de AEE, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para o avanço da inclusão educacional no município de Campos dos Goytacazes e em outras realidades brasileiras. Investir na formação continuada é um passo decisivo para consolidar a inclusão escolar de forma plena e eficaz, garantindo que a educação seja de fato um direito para todos, independentemente das condições ou das dificuldades enfrentadas por cada aluno. Além disso, é fundamental que as futuras investigações acompanhem a implementação dessas políticas e busquem analisar de maneira crítica e sistemática os resultados alcançados, permitindo ajustes e aprimoramentos constantes nas práticas pedagógicas e na gestão escolar, a fim de criar um sistema educacional inclusivo, acolhedor e transformador para todos os estudantes.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010. 72 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.